

Territorios 22 / Bogotá, 2010, pp. 11-32
ISSN: 0123-8418
ISSNe: 2215-7484

DINÁMICAS DEMOGRÁFICAS Y CONFIGURACIÓN DEL TERRITORIO

Mobilidade espacial nas Metrôpoles Brasileiras: complexidade do espaço urbano

*Spatial mobility in Brazilian Metropolis:
Complexity of Urban Space*

Érica Tavares da Silva*
Juciano Martins Rodrigues**

Recibido: 1 de diciembre de 2009
Aprobado: 16 de febrero de 2010

Para citar este artículo
Tavares da Silva, É.; Martins Rodrigues, J. (2010). Mobilidade espacial nas Metrôpoles Brasileiras: complexidade do espaço urbano. *Territorios*, 22, pp. 11-32.



* Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ – erica-tavares@observatoriodas-metropoles.net

** Pesquisador do Observatório das Metrôpoles e Doutorando em Urbanismo no PROURB/UFRJ – juciano@observatoriodasmetropoles.net

Palavras-chave

Mobilidade, migração, áreas centrais, periferia, metrópoles.

Keywords

Mobility, migration, central areas, periphery, metropolis.

RESUMO

As transformações na dinâmica demográfica ocorrida nas últimas décadas nos espaços urbanos passam, em grande medida, pela reconfiguração territorial, econômica e social das áreas metropolitanas, na qual os movimentos das pessoas exercem influência fundamental. Para este trabalho, propomos uma abordagem sobre o movimento migratório intra-metropolitano em 14 áreas metropolitanas brasileiras, quais sejam: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória; questionamos se este fenômeno estaria alterando a histórica “pressão pelas áreas centrais metropolitanas” ou se essa população está mudando de residência, mas continua trabalhando no núcleo. Pensando sobre os movimentos da população ocupada nas regiões metropolitanas, buscamos ainda considerar os tipos de movimentos realizados (núcleo-periferia; periferia-núcleo e periferia-periferia) com uma caracterização desta população. Portanto, nossa reflexão está relacionada às diferentes lógicas que operam sobre o lugar de moradia das pessoas e os lugares de outros fazeres que determinam a vida urbana, especialmente o lugar de trabalho. A localização dos postos de trabalho em áreas mais “centrais” e a quantidade considerável de pessoas que se deslocam para estes municípios também são fenômenos expressivos ainda. Será que os movimentos cotidianos podem se apresentar como uma alternativa para a residência em outras áreas da metrópole e o trabalho nas áreas centrais? Nossa proposta é a de que esses processos precisam ser analisados cada vez mais em conjunto com a migração intra-metropolitana.

ABSTRACT

The changes in demographic dynamics in urban areas during the last decades are related to the territorial, economic and social reconfiguration of metropolitan areas, in which the population movements play a fundamental role. In this article, we propose an approach to a migrational movement within 14 metropolitan regions, which are: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo and Vitória. We ask whether this phenomenon affects the historical “pressure by the central metropolitan areas”, or if this population is changing their residence, but is still working at the center. Thinking about the movements of the population employed in the metropolitan areas, we also aim to consider movements’ types (center-periphery, periphery-center, periphery-periphery) and a characterization of this population. Consequently, we think about the different logics that determine the place of residence and the place of work in urban life. The location of jobs in the most “central” areas and the considerable amount of people moving to these cities are also still significant phenomenon. Is the daily commute an alternative to live in other areas of the metropolitan region and work in central areas? Our proposal is that these processes need to be analyzed more and more in conjunction with the intra-metropolitan migration.

Introdução

Historicamente, com os grandes fluxos migratórios em direção aos grandes centros urbanos do Brasil, vivenciou-se uma constante pressão sobre a moradia, o mercado de trabalho, o acesso aos serviços básicos, etc. nas áreas centrais.¹ A migração e a distribuição da mão-de-obra foram questões marcantes no desenvolvimento regional brasileiro, na constituição de uma sociedade urbano-industrial e na conformação da sua força de trabalho, diante de uma considerável “assimetria de oportunidades” regionais; ainda segundo Brandão (2007), “massas populacionais imensas buscaram novos lugares geográficos (promovendo uma das maiores mobilidades espaciais do mundo, uma verdadeira transumância) e novos *loci de status social*”.

Apesar dos grandes deslocamentos e de ter ocorrido certa mobilidade estrutural, as relações sociais com o lugar foram enfraquecidas. Novas formas de sociabilidade passam a marcar a vida urbana, a falta de experiência urbana dos migrantes parece ter pesado sobre as formas de organização política na cidade, afetando a coesão social no espaço urbano, a normatividade e a dinâmica civilizatória, devido ao desenraizamento, ausência de relações solidárias, preconceito, solidão, anonimato (Faria, 1991, p. 106).

Quanto às condições de trabalho nestes centros urbanos, a urbanização e o desenvolvimento brasileiro foram incapazes de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população. Mesmo nas áreas mais dinâmicas,

uma reduzida camada de alta renda (com grande poder de consumo e influência social) e camadas médias ampliadas, diversificadas e em ascensão passaram a conviver com o proletariado industrial e terciário e com um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa (Carvalho, 2005, p. 8). A cidadania urbana vai sendo formada num contexto de grande movimentação em direção aos centros urbanos, massas que vão se juntando às classes trabalhadoras, às classes médias e até aos bolsões de marginalidade.

A desigualdade socioeconômica expressou-se também no espaço, onde a ineficácia do Estado diante dos interesses ligados à estrutura fundiária e à monopolização do espaço urbano, e uma expansão metropolitana acelerada marcando a acumulação de capital levaram boa parte da população a uma situação habitacional bastante precária e a um ausente ou desfavorável acesso aos serviços sociais básicos. Neste sentido, podemos afirmar que os movimentos da população no interior das metrópoles estão relacionados à configuração do espaço urbano num contexto de alta mobilidade do capital e expressivas exigências de mobilidade do trabalho.

Recentemente, todavia, há uma redução considerável no nível e no ritmo de crescimento populacional dessas áreas centrais, com menor imigração e maior emigração especialmente para os municípios periféricos. Diante disso, colocamos algumas questões: a histórica pressão pelas áreas centrais poderia realmente estar apre-

¹ Ao trabalhar com a expressão *área central (ou núcleo da metrópole) e periferia, estaremos nos referindo ao município central que dá nome à própria região metropolitana e aos demais municípios, respectivamente.*

sentando mudanças? Qual a dimensão dos fluxos em período recente? Quem são os migrantes que estão se movimentando no interior das áreas metropolitanas, qual a situação ocupacional? Quais seriam as lógicas que operam sobre este movimento? Quem realiza movimento pendular?

Tendo consciência sobre o desafio que é responder todas estas questões, apresentamos neste trabalho uma abordagem sobre o movimento migratório intrametropolitano em 14 áreas metropolitanas brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória; analisamos assim as mudanças na dinâmica populacional dos espaços metropolitanos e os movimentos migratórios. Posteriormente, buscamos uma qualificação dos migrantes intrametropolitanos no período de 1995 a 2000, em termos de escolaridade, rendimentos e situação ocupacional, segundo os fluxos realizados – núcleo/periferia; periferia-núcleo; periferia/periferia. Relacionamos ainda as trocas migratórias intrametropolitanas com os movimentos pendulares de população ocupada, trazendo algumas reflexões sobre a relação entre mobilidade residencial e mobilidade temporária no espaço metropolitano em período recente.

1. Movimentos Intrametropolitanos: trocas migratórias centro-periferia

No atual modelo de desenvolvimento capitalista, novas contradições são geradas

com a hipermobilidade do capital e da riqueza e uma possível imobilidade da força de trabalho, especialmente por parte destas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Simultaneamente, as transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho indicam uma tendência à precariedade e instabilidade ocupacional, alterando também as chances/potencialidades de mover-se em busca de melhores condições de trabalho.

No caso brasileiro, historicamente, a riqueza e a população concentraram-se nas áreas centrais das regiões metropolitanas. Com efeito, nestas áreas sempre ocorreu uma forte pressão pela sua ocupação como condição de acesso ao emprego, à renda e à moradia para amplos segmentos da sociedade, inclusive de trabalhadores subempregados – resultando no crescimento da ocupação precária, informal e transitória, especialmente no setor de serviços, em geral, e, em especial, nos serviços pessoais, ao lado da crise da mobilidade urbana e do colapso das formas de provisão de moradia. Neste contexto, presenciamos uma situação em que “a segmentação do mercado de trabalho, imobilidade urbana e ausência de políticas efetivas de provisão de moradia geram a segmentação sócio-territorial das metrópoles, cuja evidência mais forte é a pressão pela ocupação das áreas centrais” (Ribeiro, 2008, p. 225).

Mas, como já apontamos, apesar dessa histórica pressão pelas áreas centrais, algumas mudanças nas tendências de movimento das pessoas, e certamente de trabalhadores, estão ocorrendo especialmente a partir das regiões metropolitanas ou em

seu interior. A discutida relação centro-periferia, em suas diversas escalas, se torna importante nesse processo que pode ser um indicador de dispersão urbana, mas deve ser analisada sob outros enfoques, pois temos observado processos distintos e simultâneos envolvendo incremento e crescimento populacional, mudanças no mercado de trabalho, novas centralidades, entre outros processos de permanência e continuidade.

Numa abordagem mais demográfica sobre a dispersão urbana na Região Metropolitana de Barcelona, Rúbies (2005) aponta que tal fenômeno do crescimento urbano pode estar relacionado a dois fatores que expressam o teor de expansão da cidade: a) o crescimento das cidades menores, e b) o aumento dos núcleos localizados mais distantes da cidade central. Para a autora, vários aspectos estão envolvidos na revalorização territorial destes espaços, destacamos aqueles mais gerais: a) deslocalização de atividades econômicas, não só industriais, mas também comerciais e de serviços; b) inovações tecnológicas e organizacionais que permitam uma articulação territorial mais próxima entre as empresas; c) expansão das vias rápidas de comunicação e melhoria do transporte público e privado; d) novos modelos residenciais que, com o aumento dos níveis de vida de algumas famílias, apreciam as condições ambientais ou de vizinhança e maior conforto da moradia; e) menor preço de moradia na periferia, explosão do mercado imobiliário e disponibilidade do automóvel que facilita a dispersão residencial.

No Brasil, o fenômeno da dispersão urbana tem sido já amplamente considerado,

entretanto, apesar de algumas evidências apontarem para essas mudanças na configuração territorial, em termos da dinâmica populacional e até de novas localizações das atividades econômicas, especialmente industriais, acreditamos que essa constatação remete a reflexões mais profundas sobre a própria forma de abordagem do espaço urbano e o entendimento de outras relações socioeconômicas, especialmente na análise da mobilidade. Por exemplo, as migrações intrametropolitanas expressam proximidade ou distanciamento do lugar de trabalho? Estes movimentos estão atenuando ou acirrando as desigualdades sociais?

A partir dessas questões e de algumas informações sobre a dinâmica populacional –mais especificamente os movimentos migratórios recentes e os deslocamentos pendulares– nas regiões metropolitanas brasileiras, buscamos tecer algumas considerações sobre essa dinâmica e os processos de reconfiguração territorial. O mapa a seguir representa uma dimensão em termos de localização e distribuição da população nas áreas metropolitanas brasileiras que estamos considerando neste trabalho.

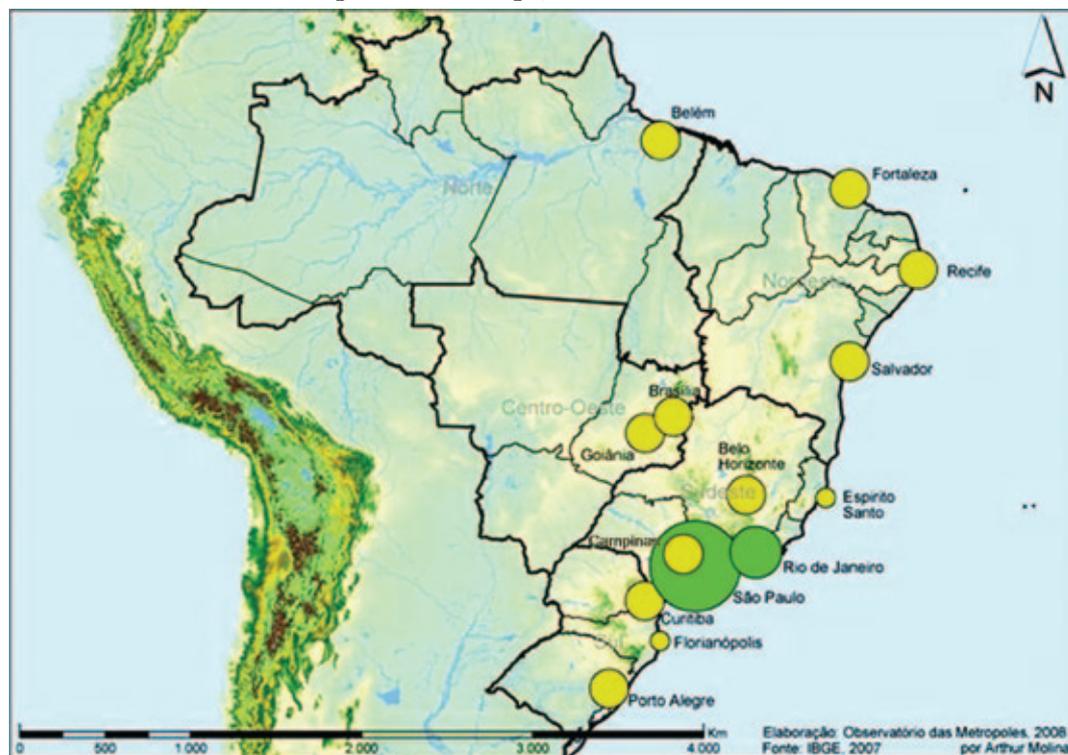
Estes 14 Grandes Espaços Urbanos Brasileiros com funções metropolitanas² abrangem 60,3 milhões de pessoas, sendo 35,5% da população do país e estão em todas as grandes regiões geográficas.³ Estamos falando de um universo metropolitano bastante diverso, pois a maior dessas áreas metropolitanas é a de São Paulo com aproximadamente 19 milhões de pessoas, a menor é Florianópolis com 940 mil. Apesar dos núcleos metropolitanos ainda con-

² O Estudo do Observatório (2004) identifica 15 espaços, mas como estamos trabalhando com a dinâmica entre os municípios metropolitanos, excluímos da análise a RM de Manaus, por ser composta apenas deste município.

³ O território brasileiro é dividido em cinco grandes regiões geográficas: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

⁴ A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília, aqui considerada sua área metropolitana, abarca municípios de três Unidades da Federação brasileira: Brasília (Distrito Federal), Goiás e Minas Gerais.

Mapa 1. Grandes espaços urbanos brasileiros



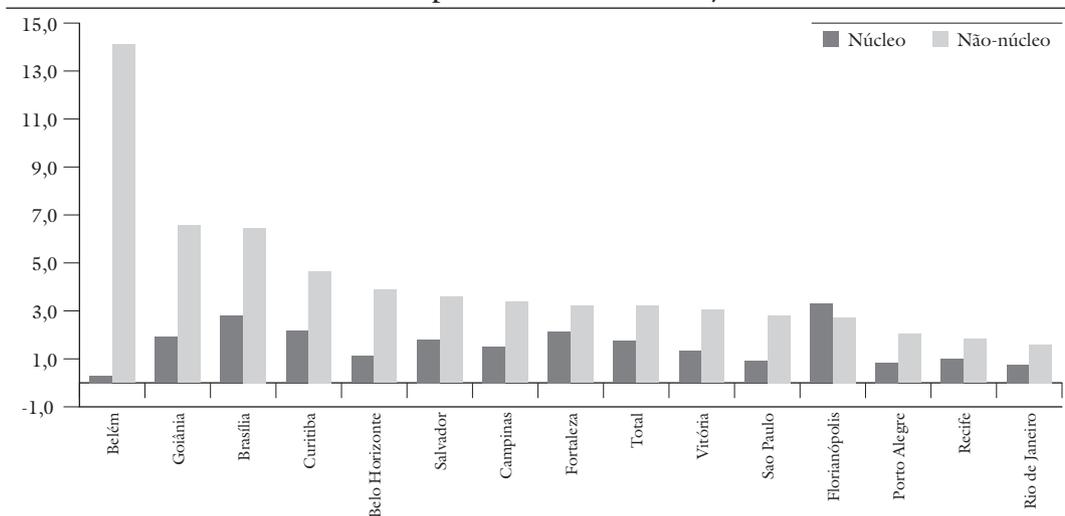
centrarem a maior parte da população de cada metrópole em termos absolutos, é possível notar que o ritmo de crescimento dos demais municípios metropolitanos foram maiores entre 1991 a 2000, à exceção de Florianópolis (Gráfico 1). As periferias de Belém no estado do Pará, Goiânia no estado de Goiás e Brasília⁴ são as que mais cresceram neste período, os demais recortes espaciais tanto do núcleo quanto da periferia, apresentam crescimento abaixo de 5%. Belém apresenta enorme crescimento, determinado essencialmente pelo municí-

pio de Ananindeua, compondo a periferia metropolitana que mais cresce no Brasil.

De 2000 a 2007, as taxas de crescimento no geral diminuíram, afinal estamos tratando de um intervalo de sete anos, porém, no geral, esse crescimento continua em ritmo mais acelerado a favor da periferia. Florianópolis continua sendo exceção e, em Brasília, o crescimento da periferia fica próximo ao do núcleo (Gráfico 2).

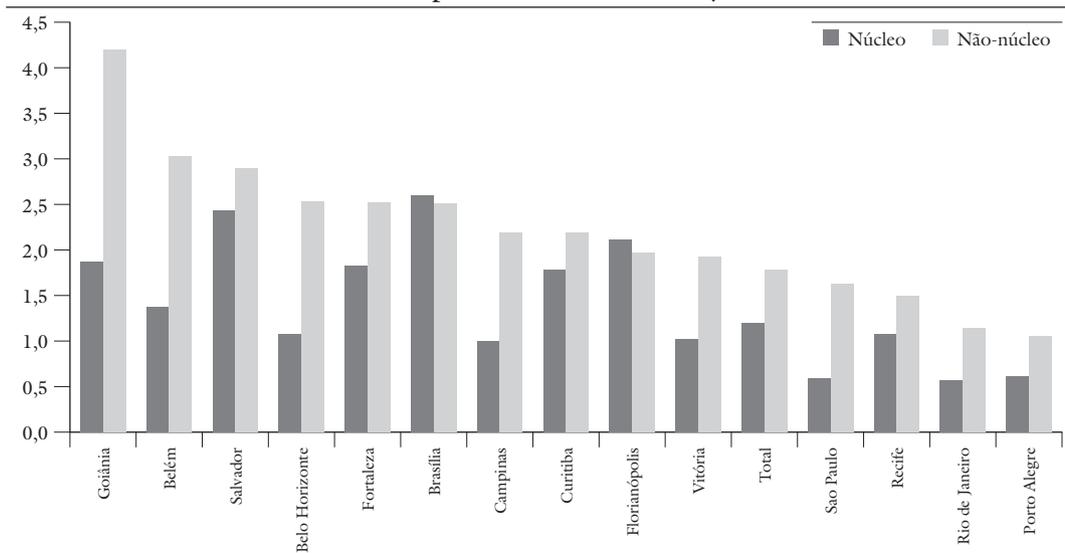
Na tabela 1 a seguir, apresentamos a distribuição populacional, incremento e crescimento populacional dos municípios

Gráfico 1. Taxa de crescimento médio anual, núcleo e periferia das Áreas Metropolitanas Brasileiras 1991/2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 1991 e 2000.*

Gráfico 2. Taxa de crescimento médio anual, núcleo e periferia das Áreas Metropolitanas Brasileiras 2000/2007



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 1991 e 2000.*

brasileiros, segundo nível de integração para os municípios metropolitanos e segundo faixas de tamanho para os municípios não-metropolitanos. Entre 1991 e 2000 a população dos municípios metropolitanos da periferia aumentou em 6.285.775 de pessoas, o que representa, numa dimensão relativa, 29,7% de crescimento. Enquanto isso o aumento da população dos núcleos metropolitanos foi de 12,8%, pouco mais de 4 milhões de pessoas. Um aumento relativo desta envergadura só é registrado para os municípios com até 10 mil habitantes, o conjunto destes municípios teve

um aumento absoluto de pouco mais de 3 milhões de habitantes. O incremento populacional nos municípios das periferias metropolitanas representa 27,3% de todo o incremento da população brasileira na década de 1990.

Considerando ainda a distribuição da população metropolitana entre núcleo e periferia nos anos de 1991, 2000 e 2007, a tendência geral foi de aumento da participação da população da periferia no total, resultado da manutenção de altas taxas de crescimento anual, como mostramos anteriormente.

Tabela 1. População e incremento populacional dos Municípios Brasileiros, 1991-2007

Tipo de município	Incremento				Contribuição para o incremento		Taxa de crescimento	
	91-00	Aum. (%)	00-07	Aum. (%)	91-00	00-07	91-00	00-07
Pólos Metropolitanos	4.065.452	12,8	3.153.291	8,8	17,7	22,6	1,3	1,2
Muito Alta	3.756.747	28,9	2.055.130	12,3	16,3	14,7	2,9	1,7
Alta	1.455.705	33,1	1.035.723	17,7	6,3	7,4	3,2	2,4
Média	795.688	35,7	393.077	13,0	3,5	2,8	3,4	1,8
Baixa	247.812	23,0	136.210	10,3	1,1	1,0	2,3	1,4
Muito Baixa	29.823	6,9	25.294	5,5	0,1	0,2	0,7	0,8
Periferia Metropolitana	6.285.775	29,7	3.645.434	13,3	27,3	26,1	2,9	1,8
Metrópoles	10.351.227	19,5	6.798.725	10,7	45,0	48,8	2,0	1,5
Interior	12.632.128	13,5	7.144.643	6,7	55,0	51,2	1,4	0,9
até 10 mil	3.020.972	28,7	565.074	4,2	13,1	4,1	2,8	0,6
> 10 mil até 20 mil	1.665.706	9,7	842.778	4,5	7,2	6,0	1,0	0,6
> 20 mil até 50 mil	1.647.707	6,6	1.388.884	5,2	7,2	10,0	0,7	0,7
> 50 mil até 100 mil	1.626.376	10,6	1.218.742	7,2	7,1	8,7	1,1	1,0
> 100 mil até 500 mil	1.675.739	17,2	2.534.878	10,1	16,0	18,2	1,8	1,4
> 500 mil	995.628	23,7	594.287	11,5	4,3	4,3	2,4	1,6
Total	22.983.355	15,7	13.943.368	8,2	100,0	100,0	1,6	1,1

Fonte: IBGE. *Censos Demográficos de 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 2007.*

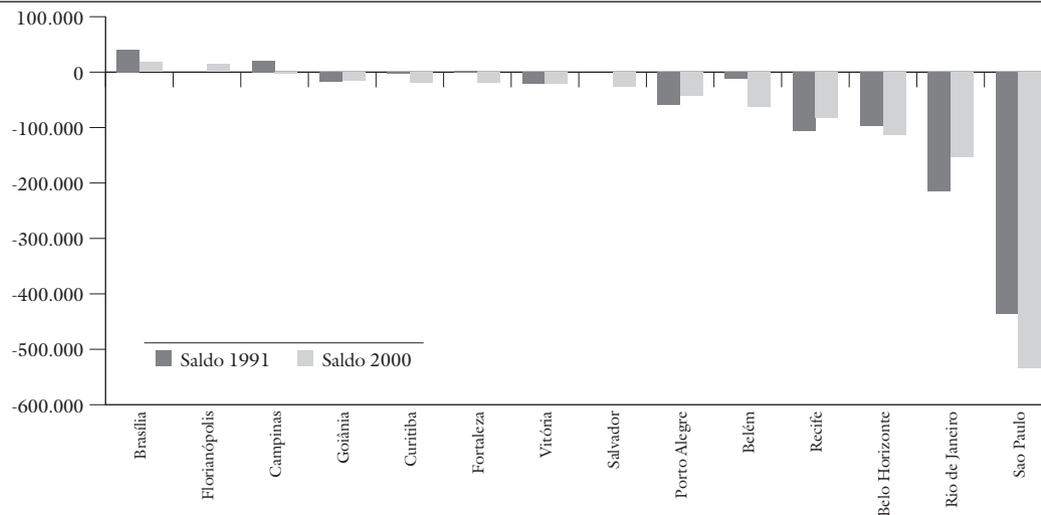
A análise dessas tendências passa por alguns pontos importantes sobre a dinâmica demográfica em geral, pois é preciso considerar em que medida essas diferenças de crescimento populacional entre núcleo e periferia têm sido impactadas pela migração. Sendo assim, há aspectos demográficos e espaciais que influenciam essa reflexão, como o processo de transição demográfica.

Com a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade, devido às transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram especialmente a partir do acelerado processo de urbanização, observamos uma tendência geral de diminuição do ritmo de crescimento populacional, que vai apresentando impacto diferenciado sobre os grupos demográficos de crianças, jovens, adultos e idosos. Com essa dimi-

nuição geral, os movimentos das pessoas a partir de uma mobilidade residencial vão se tornando um aspecto importante para determinar as mudanças na distribuição espacial da população. Conforme também aponta Rigotti (2008), a migração passa a ser a componente principal na identificação desses processos.

Neste trabalho, buscamos contribuir na identificação das mudanças que estão ocorrendo no interior das metrópoles. Como apontado acima, a pressão pelas áreas centrais se apresentou mediante o intenso crescimento destes grandes aglomerados urbanos e a expressiva migração para essas áreas centrais. Sob este aporte de reflexão, apresentamos o saldo migratório dos núcleos das áreas metropolitanas em 1991 e 2000, que também mostra uma mudança nessa perspectiva.

Gráfico 3. Saldo migratório do município núcleo das Áreas Metropolitanas Brasileiras, 1991 e 2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 1991 e 2000*.

Os núcleos metropolitanos vêm perdendo população desde 1991 e continuaram perdendo em 2000, considerando a migração de maneira geral (com exceção do município de Brasília em 1991 e 2000; Florianópolis em 2000; e Campinas em 1991). Trabalhando apenas com a migração intrametropolitana essa perda também é bastante considerável, podemos perceber que, essa saída de pessoas para a periferia é expressiva.

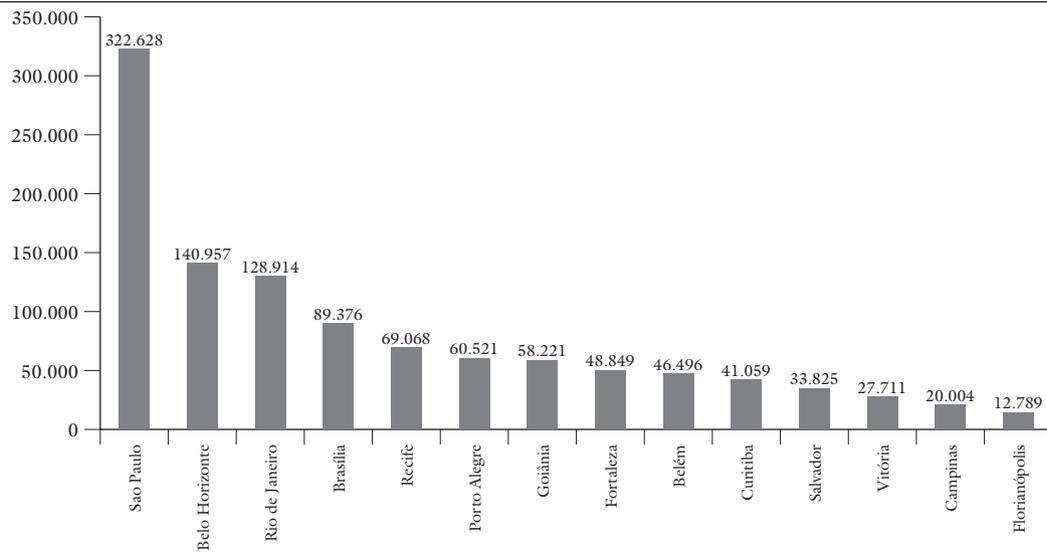
Obviamente as metrópoles com maior população apresentam maior número de pessoas em movimento, ou seja, São Paulo tem maior número de emigrantes para os municípios não-metropolitanos, seguido por Belo Horizonte e Rio de Janeiro, com mais de 100 mil pessoas saindo (Gráfico 4).

Já considerando os valores em termos relativos, temos a taxa de emigração das

capitais para os demais municípios metropolitanos. Proporcionalmente, os núcleos de Belo Horizonte em especial, e ainda Recife e Brasília permanecem com os maiores valores de emigração intrametropolitana (Gráfico 5).

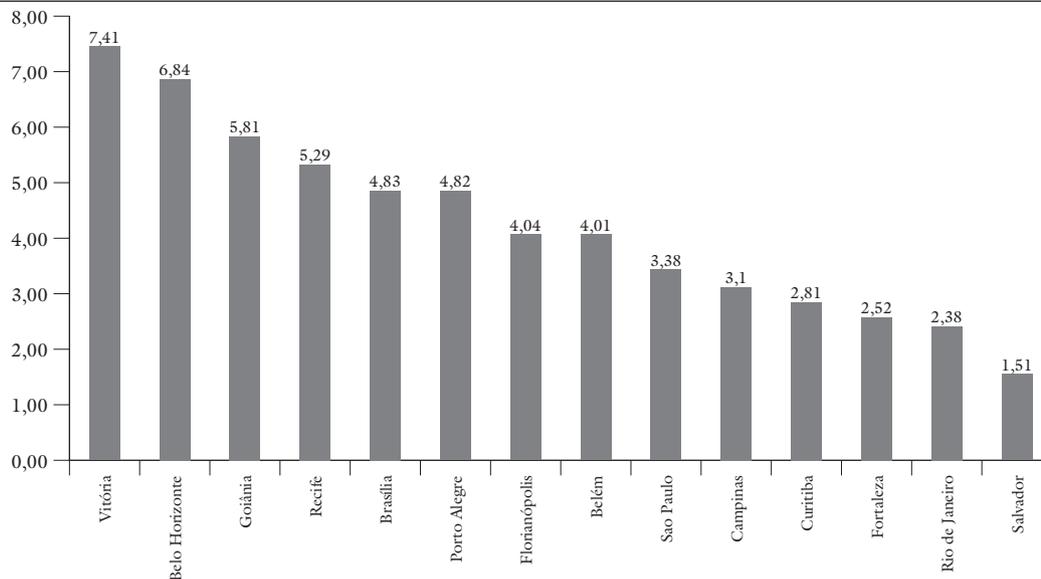
Outro dado importante é o quanto essa emigração representa na emigração total, ou seja, o percentual de migrantes que deixaram os respectivos núcleos das regiões metropolitanas e se dirigiram para as periferias em relação ao total de emigrantes do núcleo. É significativa essa parcela em algumas metrópoles, com destaque para Belo Horizonte, onde 59,4% dos emigrantes da cidade núcleo ficam na própria área metropolitana, ao se dirigirem para sua periferia. Além desta, vale destacar Brasília e Porto Alegre, com esse percentual acima de 47% (Gráfico 6).

Gráfico 4. Número de emigrantes do núcleo para periferia no Brasil 1995/2000



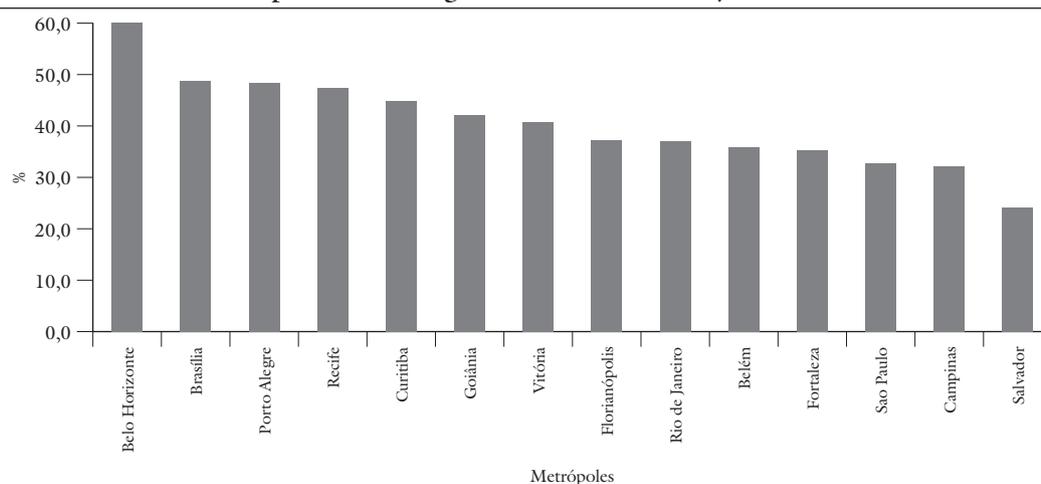
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Gráfico 5. Taxa de emigração intrametropolitana no Brasil (Núcleo para periferia), 1995/2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

Gráfico 6. Percentual de emigrantes que saíram do núcleo para a periferia por total de emigrantes do núcleo – 1995/2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

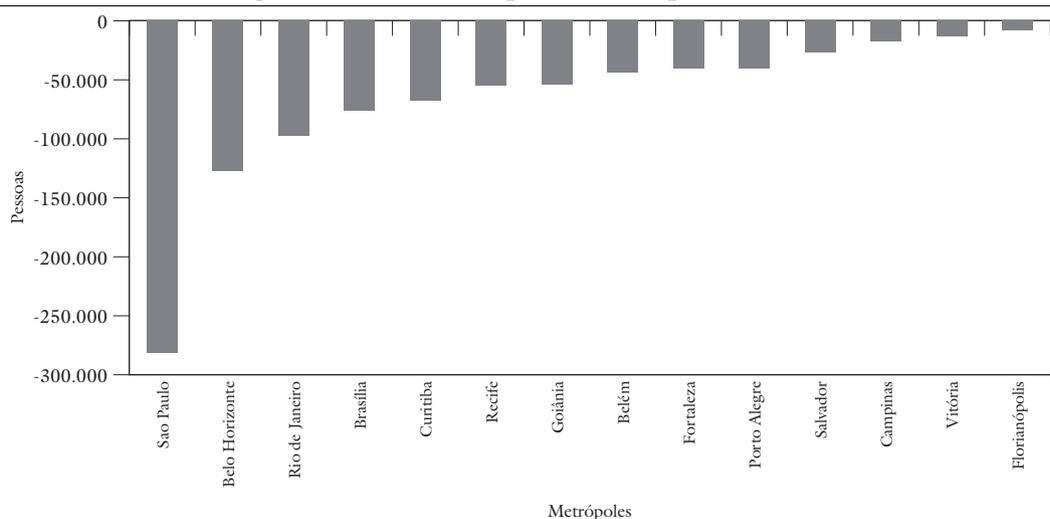
São Paulo e Rio de Janeiro, apesar do maior valor em números absolutos, apresentam taxas de emigração intrametropolitana menores, mas como veremos abaixo no saldo migratório intrametropolitano (entre núcleo e periferia), esses espaços realmente estão perdendo expressiva população para o entorno (Gráfico 7).

Portanto, temos observado através da mobilidade residencial, um maior saldo positivo para municípios da periferia tanto na migração total do país quanto na migração intrametropolitana. Os núcleos metropolitanos estão perdendo em população através da migração para os demais municípios metropolitanos. Esse aspecto estaria alterando o fenômeno de “pressão

pelos áreas centrais metropolitanas”? Pois simultaneamente a isso, alguns municípios estão tendo mais condições de retenção da população ocupada, conforme indicado por Lago (2008) na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ou essa população está mudando de residência, mas continua trabalhando no núcleo?

Neste sentido, consideramos crucial uma reflexão sobre quem são esses migrantes que se movimentaram no próprio interior das metrópoles no período de 1995 a 2000. Através dessa análise, podemos ter algumas indicações sobre as características desse processo, assim como levantar melhores direcionamentos para aprofundar a questão.

Gráfico 7. Saldo migratório entre núcleo e periferia metropolitanos no Brasil, 1995/2000



Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

2. Quem são esses migrantes intrametropolitanos?

Recentemente, como foi visto, as áreas centrais das metrópoles estão apresentando menor ritmo de crescimento populacional, o que pode estar relacionado a diversos aspectos, pois no contexto atual da conformação de novas territorialidades, considerar o movimento das pessoas no espaço abrange um amplo leque de determinantes e diferenciadas configurações. Pensar sobre este movimento implica não apenas refletir sobre a dinâmica demográfica, mas também uma abordagem a respeito das mudanças na estrutura produtiva e econômica; as transformações no mercado de trabalho; a estrutura social sob o confronto das perspectivas de desigualdade e/ou exclusão; e os modelos sócio-culturais com novos estilos de vida e apreensão do urbano.

Buscando nos aproximar da configuração socioespacial e das condições sociais, econômicas e ocupacionais, é importante considerar quem são esses migrantes, quais são os grupos sociais que estão se movendo especialmente para fora do núcleo, uma vez que é nas áreas centrais que ocorre também uma imobilidade expressiva.

Dos mais de 15 milhões de migrantes no Brasil de 1995 a 2000, pouco mais de 2 milhões são migrantes intrametropolitanos, ou seja, em torno de 13% do total. Passamos a considerar então os migrantes intrametropolitanos nas 14 áreas metropolitanas já apontadas acima, diferenciamos os fluxos da seguinte maneira: 1) núcleo

para periferia; 2) periferia para núcleo; 3) periferia para periferia.

Quanto à distribuição da população migrante pelo interior da metrópole, temos indicações de que a periferia está recebendo população menos escolarizada do núcleo, com maior participação nas faixas iniciais de escolaridade (sem instrução, adultos alfabetizados e de 1 a 3 anos; e de 4 a 7 anos). A distribuição por escolaridade destes que saíram do núcleo para a periferia se aproxima da distribuição entre os que se movimentaram na própria periferia metropolitana – as faixas até 7 anos de estudo já abrangem mais de 60% dos migrantes. Mas as trocas entre a periferia parecem estar mais marcadas por uma população menos escolarizada.

Já para o núcleo, em menor quantidade como se sabe, nas faixas de 11 a 14 anos de estudo e de 15 anos ou mais há maior participação do que nos outros tipos de fluxos, recebe uma população mais concentrada nas faixas médias de escolaridade.

No geral, os migrantes intrametropolitanos ocupados apresentam maior participação na faixa de 1 a 3 salários mínimos em 2000. Também para os rendimentos, entre os que saíram do núcleo para a periferia apresentam, por exemplo, quase 25% recebendo mais de 5 salários mínimos, contra quase 33% entre os que realizaram movimento inverso; já para as trocas periféricas tem menor percentual ainda nesta faixa, 21%. Como não temos uma análise de trajetória, não é possível saber se esse maior rendimento é determinado pela origem do

Tabela 2. Distribuição (%) dos migrantes intrametropolitanos brasileiros 1995-2000 segundo anos de estudo

Anos de Estudo	Núcleo / Periferia	Periferia / Núcleo	Periferia / Periferia	Total
Sem instrução	12,0	9,0	12,6	11,9
De 1 a 3 e alf. adul.	16,0	13,1	16,8	16,0
De 4 a 7	32,6	28,2	35,0	33,0
De 8 a 10	17,5	17,8	17,1	17,4
De 11 a 14	17,3	22,8	15,5	17,2
Mais de 15	4,5	9,0	3,0	4,4
Total	1.142.960	199.191	731.073	2.073.224

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

núcleo ou se realmente pelas melhores condições encontradas no destino.

O fato é que estes migrantes “núcleo-periferia” têm menor participação nas faixas de melhor rendimento do que aqueles que saíram para o núcleo, sendo ainda menor entre aqueles que realizaram trocas entre a própria periferia. Assim como para a escolaridade, estes também apresentaram maior concentração nas menores faixas de

rendimento (comparando os percentuais em cada faixa de rendimento).

Entre estes migrantes, quase 950 mil são ocupados, o que pode servir de uma aproximação para analisarmos a migração intrametropolitana da força de trabalho, mesmo que esta não tenha sido diretamente a razão do movimento. Para os migrantes intrametropolitanos ocupados, temos aproximadamente 54% que se dirigiram do

Tabela 3. Distribuição (%) dos migrantes intrametropolitanos brasileiros 1995-2000 segundo rendimentos

Faixas de Rendimento	Núcleo / Periferia	Periferia / Núcleo	Periferia / Periferia	Total
Até 1 SM	14,1	13,2	15,3	14,4
De 1 a 3 SM	42,5	37,2	44,7	42,7
De 3 a 5 SM	18,7	16,7	18,4	18,4
Mais de 5 SM	24,7	32,8	21,6	24,5
Total	513.506	104.297	327.048	944.851

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

núcleo para municípios da periferia, 11% que se dirigiram para o núcleo e mais 35% que realizaram trocas entre os municípios da própria periferia.

Para uma análise mais direcionada para a posição na estrutura ocupacional, utilizamos uma categorização dos migrantes intrametropolitanos pelas suas condições ocupacionais, a partir de categorias sócio-ocupacionais (CATs).⁵

Podemos perceber que a maior parte dos migrantes intrametropolitanos concentra-se nas Categorias Médias e Trabalhadores do Secundário, em seguida entre Trabalhadores do Terciário e Trabalhadores do Terciário não-especializado (tabela 5). Se compararmos cada categoria entre os tipos de fluxo, para os trabalhadores que saíram do núcleo em direção a municípios

de trabalhadores do terciário especializado e não-especializado. Já entre os dirigentes, pequenos empregadores, profissionais de nível superior e categorias médias, a participação é maior para aqueles que saíram da periferia para o núcleo (comparando o percentual pela categoria). Para os agricultores, mas com especial destaque para os trabalhadores do secundário, há maior participação entre aqueles que realizaram trocas migratórias na própria periferia metropolitana.

Essa categorização foi feita para cada metrópole, como mostra a tabela 5. Selecionamos apenas o fluxo que vai do núcleo para a periferia para apreender possíveis diferenças entre as áreas metropolitanas. Entre as categorias sócio-ocupacionais, os dirigentes apresentam participação um pouco

⁵ As categorias sócio-ocupacionais, as CATs, foram construídas no âmbito do Observatório das Metrôpoles como base para as análises das desigualdades sócio-espaciais em todas as metrôpoles da rede. As CATs são formadas por 8 grandes categorias resultantes da agregação de 24 categorias sócio-ocupacionais, construídas através da hierarquização social das ocupações definidas nos censos demográficos de 1991 e 2000: 1. Dirigentes (grandes empregadores e dirigentes do setor público e privado); 2. Profissionais de nível superior (empregados, autônomos, estatutários e professores); 3. Pequenos empregadores; 4. Categorias médias (empregados em ocupações de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos); 5. Trabalhadores do secundário (trabalhadores da indústria moderna, da indústria tradicional, dos serviços auxiliares à indústria e da construção civil); 6. Trabalhadores do terciário (prestadores de serviço e comerciários); 7. Trabalhadores do terciário não especializado (porteiros e vigias, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros) e 8. Agricultores.

Tabela 4. Distribuição (%) dos migrantes intrametropolitanos brasileiros 1995-2000 segundo categorias sócio-ocupacionais

Categorias	Núcleo / Periferia	Periferia / Núcleo	Periferia / Periferia	Total
Agricultores	1,2	0,9	2,9	1,8
Dirigentes	1,2	1,4	0,8	1,1
Pequenos Empregadores	2,2	3,1	2,0	2,2
Profissionais de nível Superior	5,5	9,9	4,1	5,5
Categorias Médias	26,2	30,4	23,4	25,7
Trabalhadores do Terciário	20,8	18,5	18,7	19,8
Trabalhadores do Secundário	23,9	17,6	29,2	25,0
Trabalhadores do Terciário N-E	19,2	18,1	19,1	19,0
Total	513.506	104.297	327.048	944.851

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000.

Recife, Salvador e Vitória, uma vez que no total sua participação é de 1,2% (tabela 5). Para os pequenos empregadores, essas duas últimas regiões mais a de Florianópolis também apresentam percentual maior de participação entre aqueles migrantes que saíram do núcleo para a periferia.

As periferias de Campinas, Recife e Vitória são as que mais receberam proporcionalmente migrantes do núcleo que em 2000 eram profissionais de nível superior. Nas categorias médias, apesar de bastante heterogêneas, em Florianópolis e Vitória chegam a apresentar quase 40% dos migrantes intrametropolitanos que foram para a periferia proporcionalmente. Já em Brasília esse percentual é bem menor, menos de 20% de participação. Portanto, Vitória e Florianópolis se destacam com maiores

participações entre dirigentes, pequenos empregadores e profissionais de nível superior que saíram do núcleo para a periferia, podemos ressaltar que a configuração geográfica litorânea dessas metrópoles e outras características afins podem também imprimir dinâmicas diferenciadas nessas áreas (tabela 5).

Os trabalhadores do terciário e terciário não-especializado apresentam participações mais semelhantes entre as metrópoles para aqueles que se deslocaram do núcleo para a periferia, maior diferença observa-se em Brasília, que apresenta quase 30% de pessoas no terciário não-especializado que se deslocaram para a periferia de 1995 a 2000, ou seja, o núcleo de Brasília expulsando mais pessoas sem especialização para a periferia. Já os trabalhadores do se-

Tabela 5. Distribuição (%) dos migrantes intrametropolitanos brasileiros (Núcleo para periferia), 1995-2000 por categorias sócio-ocupacionais

CATs	BEL	BHO	BSB	CAM	CUR	FLO	FOR	GOI	POA	REC	RJN	SAL	SPO	VIT	Total
Agricultores	1,1	1,2	2,3	1,9	2,2	1,1	2,3	1,7	1,5	0,7	0,7	1,5	0,6	1,3	1,2
Dirigentes	1,2	0,8	0,4	1,3	0,9	0,8	0,8	0,7	0,9	1,9	0,7	1,9	1,7	2,0	1,2
Peq. Empreg.	1,4	2,1	1,3	2,2	1,8	4,8	2,0	1,4	2,6	2,9	2,0	4,3	2,3	4,7	2
Nível Sup.	4,4	4,2	2,3	7,8	4,6	7,1	3,3	3,4	7,0	7,7	6,3	7,4	6,1	10,5	5
Médias	23,9	25,4	18,7	25,8	23,2	37,2	22,9	23,4	29,1	33,1	26,9	28,3	26,8	36,2	26
Terciário	24,3	19,7	23,3	20,2	23,1	18,5	21,3	21,4	20,5	21,7	22,5	20,6	19,1	15,1	20
Secundário	20,4	26,1	23,1	24,4	27,2	14,6	27,0	28,0	22,0	15,3	20,8	17,6	26,3	15,9	23
Terciário N-E	23,3	20,4	28,6	16,3	17,0	15,8	20,5	20,1	16,3	16,7	20,1	18,5	17,2	14,2	19
Total	19.773	66.696	37.435	13.542	34.177	7.033	18.161	28.990	28.565	28.052	57.253	14.173	143.824	9.979	507.68

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

cundário apresentaram maior participação entre aqueles que fizeram esse tipo de deslocamento, mais de 20%, nas metrópoles de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia e São Paulo (tabela 5).

Nos questionamos se esses trabalhadores estão realmente trabalhando nesses municípios periféricos. Para tentar apreender o local de trabalho desses migrantes intrametropolitanos ocupados, cruzamos esses três tipos de fluxos com a variável do Censo Demográfico de 2000 que pergunta sobre o município de trabalho ou estudo, variável utilizada para medir o movimento pendular no Brasil, ou *commuting*. Interessante observar através da tabela 6 que, do total de migrantes intrametropolitanos (1995-2000) ocupados nestas 14 RMs que estamos considerando, pouco mais de 50% fazia movimento pendular em 2000, destes que realizavam tal deslocamento, quase 70% o fazia retornando para trabalhar no município de origem.

Apresentamos essa informação também segundo os tipos de fluxos e, mais interessante ainda, é notar que entre aqueles que saíram do núcleo para a periferia, esses percentuais são mais elevados. Podemos dizer que 60% dos migrantes intrametropolitanos ocupados realizavam movimento pendular, destes, 88% se deslocavam frequentemente para trabalhar no município núcleo. Apesar de, em números absolutos, esse contingente não ser tão grande (como vimos acima, pouco mais de 500 mil pessoas ocupadas em 2000 haviam saído do núcleo para a periferia metropolitana), no contexto da relação entre mobilidade

residencial e mobilidade temporária, essa expressividade ganha contornos bastante razoáveis.

Entre os migrantes que saíram da periferia para o núcleo metropolitano, apenas 12,5% realizava movimento pendular (entre estes 60% fazia para o município de origem na periferia); já entre os que migraram entre municípios da própria periferia, 50% fazia movimento pendular (entre estes, 32% era para o município de origem na periferia).

Tabela 6. Migrantes intrametropolitanos ocupados - RMs Brasil 2000

Origem/Destino	Faz Mov. Pendular	Faz para o Mun. Origem
Núcleo-Periferia	59,8	88,3
Periferia-Núcleo	12,5	60,3
Periferia-Periferia	50,2	32,2
Total	51,3	68,6

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000*.

Na tabela 7 temos essa informação para cada região metropolitana, segundo os fluxos realizados; aqui consideramos diretamente entre os migrantes intrametropolitanos de 1995 a 2000, o percentual daqueles que retornam para trabalhar no município de origem da migração. No geral, podemos perceber que esse retorno é bem expressivo entre aqueles que saíram do núcleo metropolitano. No total 52,8% retorna para o núcleo, com algumas diferenças, os percentuais para cada RM giram em torno desse valor; já os migrantes vindos da periferia que residem no núcleo, apenas

7,5% retorna para o município de origem para trabalhar; entre as trocas periferia-periferia, temos em torno de 16% que faz esse retorno.

Na Região Metropolitana de Brasília, temos o maior percentual de migrantes ocupados que realizam movimento pendular para o núcleo, em torno de 68%, como vimos acima esses migrantes têm maior participação de trabalhadores sem especialização, talvez não possuindo condições de manter residência do núcleo, mas passando a residir na periferia e deslocando-se para trabalho. Já Salvador apresentou o menor percentual de migrantes intrametropolitanos que saíram do núcleo que retornam para nele trabalhar –37%; nesta região, há o pólo petroquímico de Camaçari, que destaca-se na dinâmica da periferia metropolitana. As demais regiões metropolitanas apresentaram esse percentual em torno de 50 a 55%, valores que consideramos também elevados, indicando que, apesar desses trabalhadores terem saído do núcleo para a periferia, boa parte deles ainda trabalha no núcleo – o que nos leva a relativizar esse movimento núcleo-periferia, em termos de redução de “pressão” pelo menos ao nível do mercado de trabalho nas áreas centrais.

Embora com valores em números absolutos bem menores, podemos ressaltar também que, para os que saíram da periferia e foram para o núcleo, nas regiões de Campinas, Florianópolis, Salvador e Vitória, há um percentual um pouco maior de pessoas que saem para trabalhar na periferia – acima de 10%; já entre as trocas realizadas na própria periferia, o percentual de pessoas

Tabela 7. Migrantes intrametropolitanos – retornam para trabalho ao município de origem da migração – RMs Brasil 2000

RM	Núcleo / Periferia	Periferia / Núcleo	Periferia / Periferia
Belém	55,4	3,2	14,0
Belo Horizonte	53,6	7,1	15,9
Brasília	68,1	1,8	2,9
Campinas	47,7	12,4	23,1
Curitiba	55,4	8,9	10,9
Florianópolis	54,2	10,2	11,5
Fortaleza	47,1	3,5	10,4
Goiânia	56,7	4,5	2,4
Porto Alegre	56,1	4,6	15,5
Recife	56,1	9,0	11,7
Rio de Janeiro	51,2	7,4	19,0
Salvador	37,1	16,2	13,6
São Paulo	49,2	8,3	17,6
Vitória	47,3	12,0	14,6
Total	52,8	7,5	16,2

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 2000.*

que migraram e que se movimentam para trabalho é um pouco mais elevado, sendo mais expressivo em Campinas, com 23%.

Considerações Finais

As mudanças populacionais observadas em períodos recentes nas áreas metropolitanas e não-metropolitanas permitem identificar

uma complexificação do espaço urbano brasileiro, onde as áreas geralmente consideradas centrais, os núcleos metropolitanos, estão passando por certa diversificação, ao mesmo tempo em que municípios da periferia também apresentam mudanças. Essas alterações também podem ser explicadas pela dinâmica demográfica, especialmente pela mobilidade espacial recente nas áreas metropolitanas, onde tem ocorrido considerável perda populacional dos núcleos metropolitanos em direção aos municípios periféricos.

É importante também considerar a migração a partir da metrópole, mas não apenas na relação núcleo-periferia, seria interessante relativizar essa dualidade, considerando os diferentes municípios que fazem parte dessa periferia. Uma idéia que também deve ser considerada é o fato de alguns municípios da periferia estarem apresentando uma conformação de novas centralidades. Em estudo de Ruiz e Pereira (2007) e também de Lago (2008), foram identificadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, algumas cidades mistas de natureza operária que apresentam melhores condições de vida do que em outros municípios da periferia, como áreas de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, e também de Nilópolis, São Gonçalo e São João do Meriti – municípios que têm apresentando uma dinâmica econômica diferenciada, inclusive retendo população ocupada. Entretanto, o estudo de Ruiz e Pereira (2007) identifica esses municípios como espaços de baixa renda apropriada por seus moradores. Além disso, quando

comparamos a população ocupada que sai e aquela que fica trabalhando no município, percebemos que entre os que saem os níveis de rendimento e escolaridade são maiores, exceto para grupos de dirigentes e empregadores (Silva, 2009).

Os migrantes intrametropolitanos “núcleo-periferia” têm menor participação nas faixas de melhor rendimento e escolaridade do que aqueles que saíram para o núcleo, sendo ainda menor entre aqueles que realizaram trocas entre a própria periferia. Quanto à situação ocupacional, a maior parte dos migrantes intrametropolitanos concentra-se nas Categorias Médias e Trabalhadores do Secundário, em seguida entre Trabalhadores do Terciário e Trabalhadores do Terciário não-especializado. Entre os tipos de fluxo, para os trabalhadores que saíram do núcleo em direção a municípios da periferia há percentual um pouco maior de trabalhadores do terciário especializado e não-especializado. Quanto aos dirigentes, pequenos empregadores, profissionais de nível superior e categorias médias, a participação é maior para aqueles que saíram da periferia para o núcleo. Já entre os trabalhadores do secundário, há maior participação para aqueles que realizaram trocas migratórias na própria periferia metropolitana.

Relacionando a migração intrametropolitana com o movimento pendular, encontramos que entre os migrantes intrametropolitanos, mais de 50% fazia movimento pendular em 2000, destes que realizavam tal deslocamento, quase 70% o fazia retornando para trabalhar no município de origem. Destacamos que, entre aqueles

que saíram do núcleo para a periferia, 60% dos migrantes ocupados realizavam movimento pendular, destes, 88% se deslocavam frequentemente para trabalhar no município núcleo. Portanto, como apontamos, embora esses trabalhadores tenham saído do núcleo para a periferia por mobilidade residencial, bem mais da metade deles ainda trabalha no núcleo – o que nos leva a relativizar esse movimento núcleo-periferia.

Diante disto, os movimentos no espaço metropolitano devem ser considerados principalmente em relação a mudanças nas condições de moradia, com alterações no mercado de terras urbanas, nível de preços e desigualdades socioeconômicas expressas na localização territorial – como revalorização imobiliária e saída dos pobres (Vignoli, 2008); e mudanças no mercado de trabalho, como elevação dos requerimentos de qualificação para melhores empregos e/ou estreitamento da absorção de emprego na indústria com ampliação dos serviços pessoais (Kaztman, 2009).

Portanto, alguns autores apontam uma possível fragilização dos vínculos dos trabalhadores especialmente de baixa qualificação com o mercado de trabalho nas áreas centrais. Estes trabalhadores se integram ao mercado de trabalho, via precariedade habitacional, ou via mobilidade urbana. Esse processo influencia na própria composição social das áreas metropolitanas, podendo gerar segregação residencial e segmentação do mercado de trabalho. A teoria do *spatial mismatch* ressalta a distância entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho – especialmente para grupos socioeconômicos

mais desfavorecidos na sociedade (as migrações intra-metropolitanas expressam proximidade ou distanciamento do lugar de trabalho?).

Há algumas reflexões (Kaztman, 2009; Vignoli, 2008) apontando que essas distâncias entre a localização das fontes de oportunidade de trabalho e o lugar de residência são reforçadas pelas migrações intraurbanas (ou intrametropolitanas), pela realocação dos postos de trabalho e pelas mudanças nos critérios de recrutamento setorial da mão-de-obra. Essa distância se traduz especialmente nos custos, em termos de tempo e dinheiro, da busca de emprego e do deslocamento cotidiano ao trabalho. Essa abordagem remete a reflexões mais profundas sobre a realidade metropolitana e sobre a própria forma de estudar os diferentes espaços tanto metropolitanos (centro-periferia) como não-metropolitanos (metrópole-interior).

Portanto, para além de uma reflexão sobre dispersão urbana ou novas centralidades nas áreas metropolitanas, temos indícios de diversificação demográfica, econômica e territorial nestes espaços, que revelam uma complexificação da estrutura social e do mercado de trabalho na metrópole. A mobilidade urbana se apresenta assim como questão crucial para entender essa localização dos distintos grupos sociais na metrópole.

Apontamos que há diferentes lógicas que operam sobre o lugar de moradia das pessoas e os lugares de outros fazeres que determinam a vida urbana, especialmente o lugar de trabalho. A localização dos pos-

tos de trabalho em áreas mais “centrais” e a quantidade considerável de pessoas que se deslocam para estes municípios também são fenômenos expressivos ainda. Podemos apontar aqui que os movimentos cotidianos podem se apresentar como uma alternativa para a residência em outras áreas da metrópole e o trabalho nas áreas centrais, aspectos que ainda merecem maiores investigações.

Referências

- Brandão, Carlos (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Carvalho, Inaiá Maria Moreira de (2006). “Globalização, metrópoles e crise social no Brasil”. *Revista Eure*, XXXII (95): 5-20.
- Faria, Vilmar E (1991). “Cinquenta anos de urbanização no Brasil”. *Novos estudos Cebrap*, 29: 98-119.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002). *Documentação dos Microdados da Amostra*, Rio de Janeiro: IBGE.
- Kaztman, Ruben (1999). *Activos y Estructuras de Oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Uruguay: CEPAL/UNDP.
- Lago, Luciana Correa (2008). *O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a ‘periferia’ que virou ‘centro’*. Rio de Janeiro: Anais do Encontro da ABEP.
- Machado, Ricardo; Batista, Fernando (2007). *Estrutura e Dinâmica Espaço-Temporal das Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles – Relatório de Pesquisa.
- Observatório Das Metrôpoles – Ippur/Fase/Ipardes (2004). *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório de Atividade 1: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Disponível em: www.observatoriodas-metropoles.net.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Rodrigues, Juciano Martins; Correa, Filipe de Souza (2008). *Segregação e Segmentação Urbanas e Mercado de Trabalho: Estudo a partir da metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles – Relatório de Pesquisa.
- Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz. “Para onde vão as cidades brasileiras?”. In: Velloso, João Paulo dos Reis (2008). *O Amor Em Tempos de Desamor e o Enigma: o Brasil Tem Jeito?* Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz; Rodrigues, Juciano Martins; Silva, Érica Tavares (junho 2009). “Esvaziamento das Metrôpoles e Festa do Interior?”. Boletim Semanal Observatório das Metrôpoles. Disponível em: www.observatoriodas-metropoles.uffj.br.
- Rigotti, José Irineu Rangel (2008). *A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização*. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 27 a 31 do outubro de 2008.
- Rúbies, Isabel Pujadas (2005). *De la ciudad compacta a la ciudad dispersa: movili-*

dad residencial en la Región Metropolitana de Barcelona, 1982-2000. XXV Conferencia Internacional de Población, Tours-Francia, 18 a 23 do julho de 2005.

Santos, Milton (2005). *A urbanização brasileira*, 5^a ed. São Paulo: Editora da USP.

Silva, Érica Tavares (2009). “Migração e Pendularidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma Análise Sócioespacial da Mobilidade”. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009.

Vignoli, J. R. (2008). “Segregación Residencial Sociolaboral (SRS) y sus relaciones con la migración y la movilidad intrametropolitanas en cuatro aglomerados urbanos de América Latina. Los casos de Ciudad de México, Santiago de Chile, São Paulo y Rio de Janeiro en el decenio de 1990”. Trabalho apresentado no Workshop Spatial Segregation and the Labor Market, Universidade de Texas-Austin, fevereiro de 2008.